

Políticas Sociais de Finanças Solidárias: *Impactos nas Relações de Gênero*

Celly Souza dos Santos¹

UFPB

Resumo

Neste artigo pretendo desenvolver uma reflexão antropológica sobre as interfaces entre políticas sociais e relações de gênero em comunidades camponesas no Estado da Paraíba. A política em foco é a dos Fundos Rotativos Solidários (FRS) que são instrumentos de finanças solidárias direcionados às comunidades que em tese praticam a auto-gestão dos referidos fundos, formando uma poupança e que decidem (re) investir parte desta em prol da própria comunidade². O recorte empírico são comunidades de assentados situadas no entorno do Município de Santa Cruz no sítio Tigre situado no Alto Sertão Paraibano. Em um primeiro momento irei abordar as teorias de gênero que afirmam a universalidade da subordinação da mulher e a mediação dos papéis sociais desenvolvidas dentro do âmbito das relações entre homens e mulheres na sociedade. A seguir vou analisar os impactos da política dos FRS no cotidiano das comunidades, realçando os *impactos* nas relações de gênero. Neste sentido, as indagações centrais do presente artigo são: Em que medida as experiências em economia e finanças solidárias permite maior participação das mulheres? E, quais as ressonâncias da política nas relações de gênero? Estariam os FRS permitindo a essas mulheres e homens ressignificar as relações de gênero no âmbito da família e na comunidade? Os dados empíricos foram coletados durante a pesquisa de avaliação etnográfica dos FRS.

Palavras-Chaves: Políticas Sociais; Gênero; finanças solidárias;

Abstract

In this article I intend to develop an anthropological reflection on the interfaces between social policies and gender relations in rural communities in the state of Paraíba. The policy focus is the Solidarity of the Revolving Funds (GRF), which are instruments of solidarity finance to help the communities in which thesis or self-management of these funds, creating a savings and decide to (re) invest part of this in favor of the proper community. The empirical settler communities are located around the city of Santa Cruz at the site in the Upper Tigris Hinterland Paraíba. At first I will address the gender theories that assert the universality of women's subordination and the mediation of social roles developed within the context of relations between men and women in society. Next I will analyze the impacts of policies on the everyday life of communities, highlighting the impact on gender relations. In this sense, the central questions of this paper are: To what extent are experiences in economic and financial solidarity allows greater participation of women? And what are the repercussions of policy on gender relations? Were the FRS allowing these women and men reframe

gender relations within the family and community? Empirical data were collected during ethnographic research evaluation of FRS.

Key Words: Social Policy, Gender, solidarity finance

Algumas considerações sobre gênero

Gênero é uma categoria analítica que nos ajuda a compreender as relações de distinção, oposição e assimetria entre os sexos, enquanto relações construídas histórica e culturalmente. A questão é como essa diferença se transforma historicamente em assimetria e desigualdade? E quais as implicações desta assimetria? Verena Stolcke (2004), professora da Universidade de Barcelona afirma que: “Scott propõe um uso do gênero muito mais abrangente, incluindo o homem e a mulher em suas múltiplas conexões, suas hierarquias, precedências e relações de poder”.

A problemática de gênero surge na antropologia, particularmente na antropologia norte-americana a partir dos estudos de Margareth Mead e Ruth Benedict³ ao afirmar que as diferenças nos papéis sexuais e no comportamento de homens e mulheres são construídas culturalmente e reforçadas nas instituições de uma sociedade, como por exemplo, a escola.

O termo gênero começou a ser utilizado pelas feministas americanas que queriam insistir na qualidade fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo, no qual, a palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico no uso do termo como sexo ou diferenciação sexual. Segundo a autora Joan Scott (1991), gênero seria uma categoria de análise que proporcionaria uma nova história, ou seja, incluindo o estudo de gênero dentro das análises de classe e raça, no qual, proporcionaria um interesse destas três áreas numa perspectiva que remeteria a fala dos oprimidos e a análise do sentido de natureza de suas opressões.

Segundo Joan Scott (1991), gênero está relacionado tem como um substituto de “mulheres”, pois é utilizado para sugerir que as informações sobre mulheres são iguais aos homens. Pois o termo implicaria a rejeição da interpretação das idéias das esferas separadas e rejeita também as explicações biológicas, como aqueles que encontram um denominador comum para a subordinação da mulher (mulheres procriam) assim o gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O termo gênero faz parte das tentativas das feministas para reivindicar certo campo de definição, insistindo sobre o caráter inadequado das teorias existentes para explicar sobre a desigualdade persistente entre homens e mulheres. No entanto, pensar gênero envolve um elemento constitutivo das relações baseadas nas diferenças entre os sexos, a partir de quatro elementos: símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações múltiplas; conceitos normativos que colocam em evidência interpretações do sentido dos símbolos que tentam limitar e conter as suas

possibilidades metafóricas como conceitos expressos na doutrina religiosa, educativa e política); não reduzir o uso da categoria de gênero apenas ao sistema de parentesco, é preciso ampliar para o mercado de trabalho, a educação e o sistema político e a identidade subjetiva. Contudo gênero é uma forma primeira de significar poder, no qual, pode se articular com outras classes (raça e religião).

Adriana Piscitelli (2002) relata que o conceito de gênero vem disseminando-se rapidamente a partir da década de 1980, no qual este conceito oferece para um novo olhar sobre a realidade, situando as distinções entre características consideradas femininas e masculinas no âmbito das hierarquias presentes no social. O conceito de gênero foi elaborado em um momento específico da história das teorias sociais sobre a “diferença social”. No século XIX, a idéia de direitos iguais entre os sexos impulsionou uma mobilização feminista importante no contexto Europeu, em 1920 e 1930 as mulheres conseguiram romper com algumas desigualdades que referem ao direito ao voto, a propriedade e ao acesso á educação.

Mas na década de 1960 o movimento feminista formulou uma pergunta que reflete a subordinação das mulheres, levantando vários questionamentos de algumas vertentes feministas: “Se a subordinação da mulher não é justa, nem natural, como se chegou a ela e como se mantém?”. As diversas correntes do pensamento feminista afirmam a existência da subordinação feminina, no qual, as mesmas questionam o suposto caráter natural desta subordinação. As feministas sustentam que essa subordinação é decorrente das maneiras como a noção de mulher é construída socialmente, esta reflexão sobre a subordinação da mulher, reforça a idéia de que o que é constituído pode ser modificado. Por esse motivo o pensamento feminista colocou reivindicações voltadas para a igualdade no exercício do direito, questionando ao mesmo tempo as raízes culturais dessas igualdades.

Piscitelli (2002) aborda em seu texto, as ferramentas teóricas que as feministas basearam-se para explicar as causas originais dessa subordinação, como é o caso das vertentes do feminismo socialista se referem que a causa da subordinação das mulheres está relacionado à idéia da divisão do trabalho baseada no sexo, no qual, implicou que a desigualdade ou opressão sexual no momento em que surgiram as classes sociais baseadas na propriedade privada. Já a vertente do feminismo radical, segundo Firestone, afirmam que as origens da subordinação feminina estão visivelmente localizadas no processo reprodutivo, ou seja, os papéis desempenhados por homens e mulheres na reprodução da espécie são fatores fundamentais de onde derivam as características que tornam possível a dominação que os homens exercem sobre as mulheres, está vertente enfatiza que a origem desta subordinação engloba a explicação que vai além da classe e raça, ou seja, todas as mulheres são oprimidas pelo fato de serem mulheres. Contudo, a base da identidade entre as mulheres está calcada que a categoria mulher é pensada como incluindo traços biológicos e também aspectos socialmente construídos.

A autora Sherry Ortner expõe questões que envolvem a universalidade da subordinação da mulher, relacionando-os em dois aspectos: natureza X cultura. Ou seja, “(...)

o verdadeiro tratamento das mulheres e seu poder e contribuição relativos variam muito de cultura á cultura e em período diferentes na história das tradições culturais particulares.” (ORTNER, 1979, p. 95).

Uma questão levantada pela autora refere-se: como explicar a desvalorização da mulher? Segundo Ortner poderíamos nos basear no fato do determinismo biológico, pois há algo de geneticamente inerente no “macho” de maneira que os deterministas biológicos argumentariam isto se torna o sexo dominante, no qual, este algo falta nas fêmeas e como resultado as mulheres não só são geralmente subordinadas, mas também geralmente satisfeitas com sua posição desde que lhe proporcione proteção e oportunidade de valorizar os prazeres maternos, que são para elas experiências mais satisfatórias da vida. Entretanto a mulher estar sendo identificada com, ou se desejar parecer ser um símbolo de alguma coisa que cada cultura determina como sendo uma ordem de existência inferior a si própria.

No caso específico da mulher estar relacionado a natureza, a autora expõe três pontos, primeiro o corpo da mulher e suas funções na maior parte do tempo mais envolvidos com “ espécie da vida”, parecem colocá-las mais próximas a natureza em controle com a fisiologia masculina que o liberta mais completamente para assumir os esquemas da cultura, segundo refere-se ao corpo femininos e suas funções, coloca-se em papéis sociais que por sua vez são considerados com sendo uma classe mais inferior aos dos homens no processo cultural e por fim os papéis sociais tradicionais femininos impostos por seu corpo e suas funções lhe dão, por sua vez uma estrutura psíquica diferente que como a natureza fisiológica e seus papéis sociais é vista com mais aproximada a natureza. Ou seja, o corpo feminino parece condená-la a reprodução de vida e o homem baseia-se na sua criatividade externamente “artificialmente” por meios de símbolos e tecnologias. (...) “se o homem em toda a parte é (inconscientemente) associado com a cultura e a mulher parece mais próxima a natureza, a razão para estas associações não é difícil de compreender, basta considerar as implicações do contraste fisiológico entre o homem e a mulher”. (ORTNER, 1979, p.105).

Contudo reforçando a lógica abordada pela autora Ortner, podemos interligar com o pensamento da autora Simone Beauvoir (1980), no qual, a mesma irá abordar questionamentos que englobam a relações que homens e mulheres no âmbito público X privado. Na visão de Beauvoir o homem é caracterizado como um pólo positivo, designando “os homens assimilados aos seres humanos”, já as mulheres é o negativo, impondo limitações e determinações a partir do seu corpo, sendo o “ o corpo da mulher sobrecarregado por tudo que o especifica: uma prisão”. Desse modo, o homem é o sujeito, pois ele é pensável sem a mulher e não ao contrário; a mulher é o outro, ela é o que o homem pensa, decide, a pensa como um ser sexuado “a fêmea é o sexo”. Os laços que existe entre os homens e as mulheres e os seus opressores (homens) é o que impede sua emancipação, isto é, a necessidade biológica (desejo sexual e reprodução) coloca o macho sob dependência da fêmea, e esse “laço” não a liberou socialmente.

As relações de sexo ou os sexos não partilham um mundo de igual condição, é uma relação assimétrica tanto na legislação como economicamente, ocupação nas indústrias, política e etc. Porém o seu papel mais importante ou de prestígio é a educação da criança. A mulher vive no mundo dos homens construídos por eles, o homem a protegerá economicamente/materialmente, assim ela se esquivará de qualquer resistência. A mulher aceita o seu lugar, assume sua existência como outro e o homem terá sua cumplicidade mesmo o colocando num patamar do outro. Segundo a autora a mulher é caracterizada como o segundo sexo, tendo uma voz isolada, são oprimidas, pois quanto mais as mulheres estarem em uma classe oprimidas, mas elas possam estar também. Entretanto esta relação mulher e homem expõem uma idéia que a mulher se engloba no âmbito do particular e o homem do universal, ou seja, quanto mais estamos falando de ambos os sexos a mulher vêem no segundo plano.

É nítida a marginalização da mulher no mercado de trabalho, no qual, o trabalho para a mulher seria secundário. Enfatizando as disparidades entre o público e o privado entre ambos os sexos, isto é, a mulher estar inserida no campo privado que se refere ao doméstico, à manutenção da casa, criação dos filhos, ou seja, as mesmas estão ativamente controlando a qualidade das relações dentro do âmbito familiar, já os homens se enquadra no âmbito do público, ou seja, mercado de trabalho, no qual, estariam sob controle, dando-lhe a sua família segurança, na questão econômica e sendo o provedor.

Contudo a identidade da mulher é construída historicamente no âmbito doméstico, devido algumas implicações construídas socialmente referente a inserção da mulher na esfera pública, ou seja, a dificuldade que as mulheres enfrentam no âmbito profissional, que são situadas nas idéias das suas limitações fisiológicas, isto é, falta de disponibilidade referente ao círculo doméstico.

Interligando estas diferenciações dentro do âmbito público X privado de ambos os sexos, especificamente no meio rural, tem-se uma imagem que na agricultura há uma reprodução hierarquizada, isto é, o homem chefe da casa e a mulher sua companheira na realização de alguns trabalhos e no lar. Subtendem que devido à falta de qualificação dentro da educação no meio rural, as mulheres não se mobilizam para a sua inserção dentro do mercado de trabalho.

Neste sentido, irei interligar a reflexão sobre gênero com minha pesquisa de cunho etnográfico sobre uma política social – Os Fundos Rotativos Solidários FRS no alto sertão Paraibano, abordando experiências de mulheres de comunidades camponesas rurais. A hipótese que construo é de que os FRS têm o potencial de dar maior visibilidade ao papel das mulheres na comunidade e oportunidades de geração de trabalho e renda na perspectiva da economia solidária.

Fundos Rotativos Solidários

Os Fundos Rotativos Solidários (FRS) se configuram como uma experiência modelar de finanças solidárias destinadas aos pequenos agricultores que vivem com suas famílias no semi-árido nordestino. São financiados pelo Banco do Nordeste do BRASIL (BNB) e Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e o público alvo desses Fundos são comunidades camponesas beneficiárias das de outras políticas como o Programa Bolsa Família (PBF) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e sem acesso ao crédito para destinar às suas atividades produtivas.

Cada FRS se configura como uma experiência única, cujo gerenciamento dos recursos é feito pelos participantes de forma autônoma. Os recursos circulam na própria comunidade e a reposição desses fundos obedece a uma lógica da solidariedade baseada nas regras tradicionais de reciprocidade. A finalidade dos FRS é empreender ações voltadas ao combate à pobreza e desigualdade social e regional por meio de geração de trabalho e renda e dos laços de solidariedade tecidos nas comunidades. Dessa forma todo esse processo se enquadra na perspectiva da Economia Solidária, que tem como base os laços de solidariedade e reciprocidade.

A Economia Solidária⁴ tem como princípio básico a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito a liberdade individual. A mesma é administrada democraticamente, tendo como resultado a construção social da solidariedade e da igualdade, cuja reprodução exige mecanismos estáveis de redistribuição solidária da renda. “A solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualmente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez de contrato entre desiguais (...). (SINGER, 2002,p.9).

A seguir iremos observar as experiências contemporâneas dos FRS e alguns de seus impactos nas comunidades situadas no Alto- Sertão da Paraíba.

Município de Santa Cruz - PB

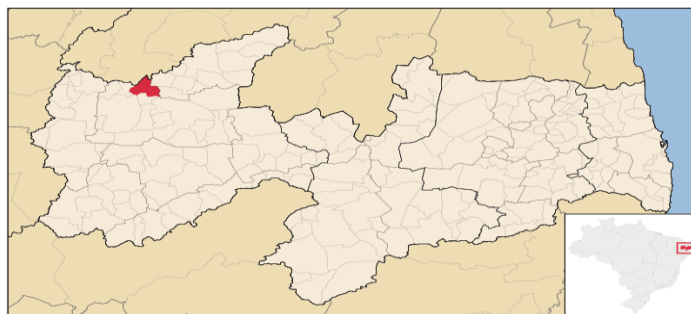


Figura:1 Localização geográfica do Município de Santa Cruz - PB

Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Cruz_\(Paraíba\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Cruz_(Paraíba))

No município de Santa Cruz que fica distante a 460 km da capital João Pessoa/PB, sua população é composta de 6.77 habitantes, possui um clima tropical, seco e quente, sem um período definido de chuvas, a economia do município gira em torno da agricultura familiar de subsistência, aposentadoria, prefeitura e criação de alguns animais. Os participantes do FRS residem em lugares diversificados, situados em zona urbana que correspondem ao município de Santa Cruz e na zona rural, que são designados por sítios⁵ No município de Santa Cruz a política FRS localiza-se nas comunidades circunvizinhas como o - Distrito de São Pedro, Sítio do Tigre, Sítio Vale da Carnaúba, Sítio Timbaúba e Comunidade Mata Fresca (50 famílias – 20 hortaliças e 30 artesanato).

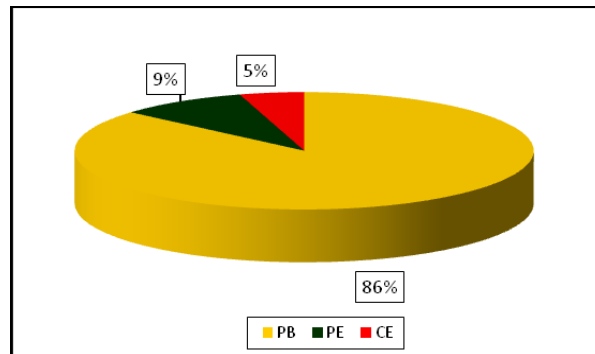
No sitio tigre o funcionamento da política social FRS, estar calcado na solidariedade mútua do grupo. Segundo Durkheim esta ajuda mútua advém a partir,

“(...) Os indivíduos são ligados uns aos outros, de tal forma que, sem isso, seriam independentes; em vez de se desenvolverem separadamente, eles ajustam seus esforços; eles são solidários, por meio de uma solidariedade que não age somente nos curtos períodos em que se trocam serviços, mas que se estendem muito além.” (DURKHEIM, 1978, p.64).

Análise do Perfil Socioeconômico

Os dados apresentados são resultados de uma pesquisa de campo etnográfica⁶ de caráter avaliativo realizada durante o mês de fevereiro de 2010. No qual foram aplicados aproximadamente vinte questionários fechados, conversas informais, registros digitais, mapeamento das comunidades enfatizando os desafios e os limites do desenvolvimento da política FRS.

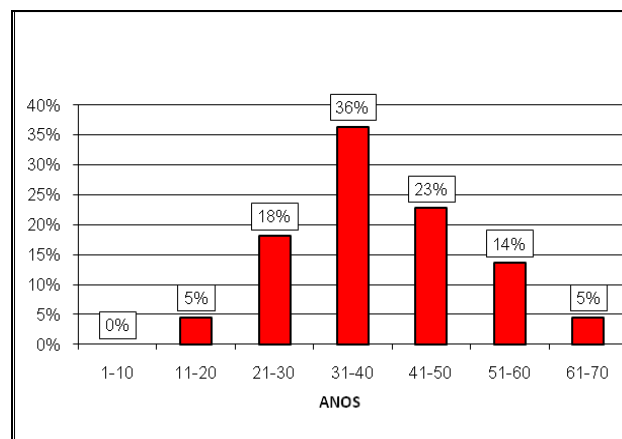
Figura 02. Localidade de origem dos participantes do FRS



Fonte: Pesquisa FRS, 2010

Os participantes do FRS desse município em grande maioria nasceram no Estado da Paraíba, 86% dos participantes declaram-se de origem paraibana, 9% declaram-se sua localidade de origem é o Estado do Ceará e 5% afirmar ter como localidade de origem o Estado do Pernambuco.

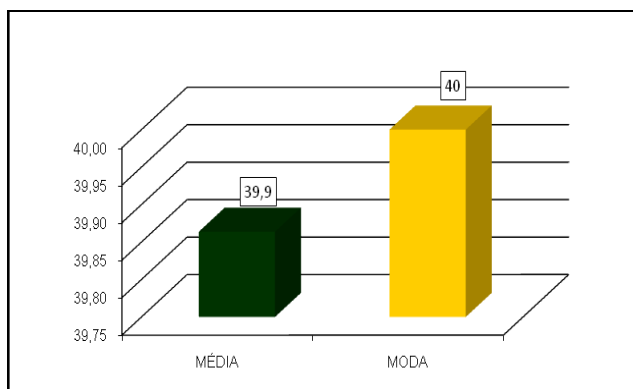
Figura 03, Envolvimento dos grupos etários na política do FRS



Fonte: Pesquisa FRS, 2010

Quanto a idade dos participantes do FRS nesse município há 36% de participantes com a idade entre 31 a 40 anos e 23% entre os 41 e 50 anos. Observa-se no gráfico abaixo que a média de idade é de 39,9 anos e a moda 40 anos, o que é condizente com a informação. Por tanto, tempo pouca participação dos jovens, 5% de 11 a 20 anos.

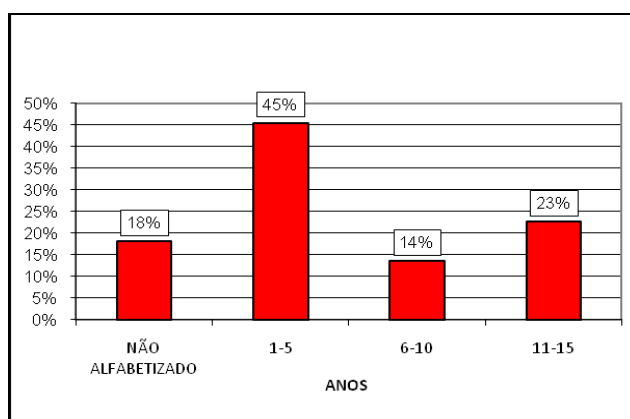
Figura 04. Média e moda da idade dos participantes



Fonte: Pesquisa FRS, 2010

No gráfico acima se apresenta a média e a moda da idade dos participantes que são muito próximas, 39,9 e 40 da idade.

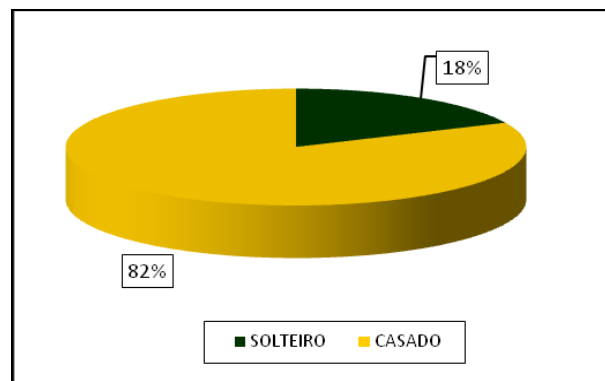
Figura 05. Escolaridade formal em anos de estudo



Fonte: Pesquisa FRS, 2010

O item escolaridade comprova que ainda é marcante a ausência de escolaridade formal em comunidades camponesas, 40% não são alfabetizados, contudo a maior parte dos participantes das comunidades possui entre 1 a 5 anos de escolaridade formal no total de 10%, e uma outra quantidade considerável de 5% participantes possuem de 11 a 15 de escolaridade formal.

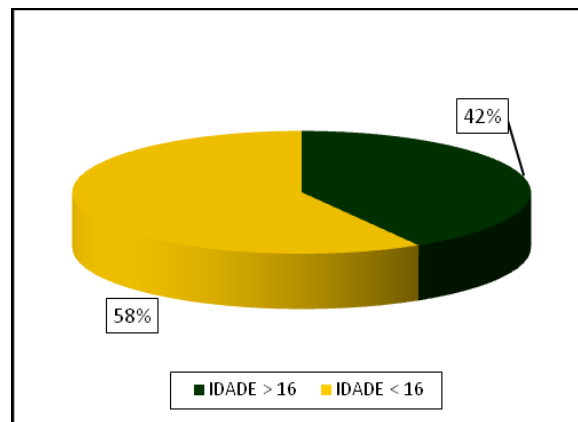
Figura 06. Estado civil



Fonte: Pesquisa FRS, 2010

82% dos participantes do FRS declararam que são casados e apenas 18% dos participantes são solteiros.

Figura 07. Visão geral da idade dos filhos dos participantes da política do FRS.

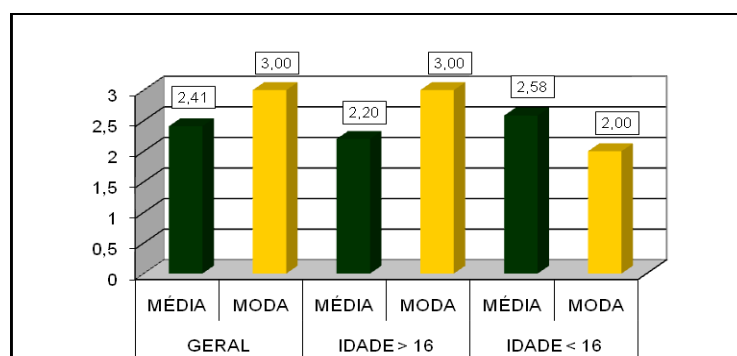


Fonte: Pesquisa FRS, 2010

58% dos participantes indicaram que tem filhos menores de 16 anos, enquanto que 42% declararam ter filhos maiores de 16 anos. Desse quadro pode-se deduzir que dos 58% se estiverem freqüentando a escola seriam potenciais beneficiários do programa de governo Bolsa Família, o que se viria a refletir na renda familiar.

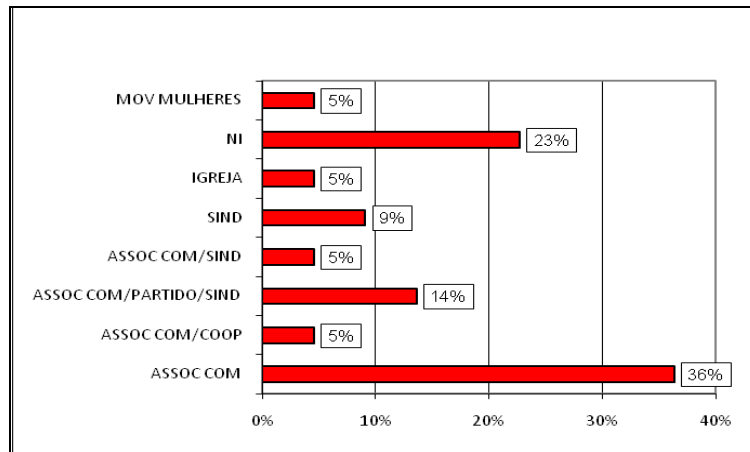
A seguir apresenta-se um gráfico demonstrativo da média e moda da quantidade de filhos no geral por idades. No geral a média indica 2,41 filhos e a moda 3. Esses valores se mantêm mesmo quando comparados com o ponto de corte de 16 anos.

Figura 07. Média e Moda da quantidade de filhos



Fonte: Pesquisa FRS, 2010

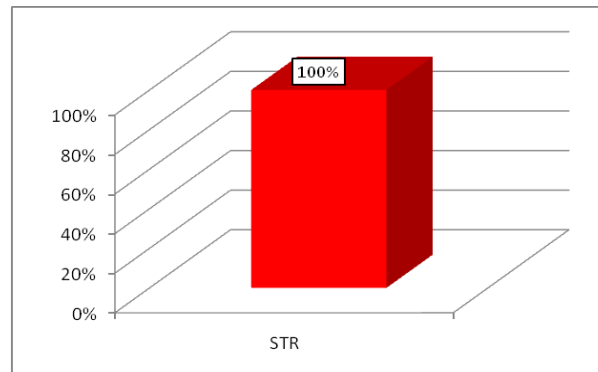
Figura 08. Panorama geral de afiliações a sindicatos, associações, cooperativas dos participantes da política do FRS



Fonte: Pesquisa FRS, 2010

36% dos participante do FRS de Santa Cruz-PB encontra vinculada a Associações comunitárias, contudo 23% dos participante declararam não possuir vinculos com nenhum tipo de “redes”, 14% está associados simultâneamente a partidos políticos, associações comunitárias e a sindicatos, 9% encontra-se associados ao sindicato rural (STR) e 5% encontra-se vinculadas simultâneamente a associação comunitária/cooperativa, 5% vinculados ao movimento de mulheres, 5% vinculados igreja e 5% vinculados silmutâneamente a associação comunitária e ao sindicato (STR).

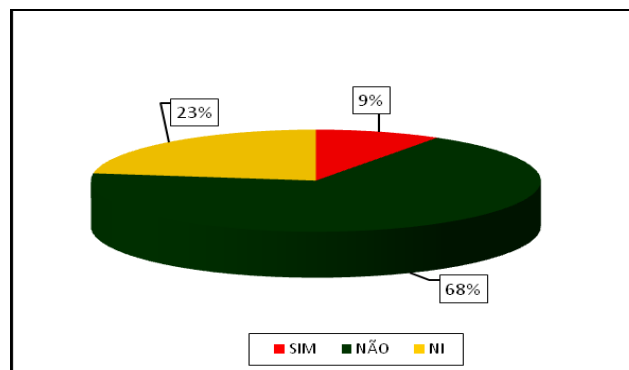
Figura 09. Entidades



Fonte: Pesquisa FRS, 2010.

Nesta comunidade 100% dos entrevistados manifestaram ter o vínculo com o STR representando o forte vínculo que possuem com o sindicato.

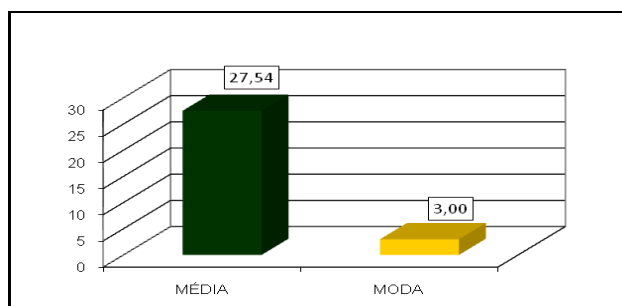
Figura 10. Escola próxima



Fonte: Pesquisa FRS, 2010.

Apenas 9% dos participantes responderam positivamente, contrastando com os 68% que informaram que a escola se não se localiza nas proximidades, essas divergências se devem que o acesso ao ensino fundamental é maior do que o ensino médio, técnico, ou superior.

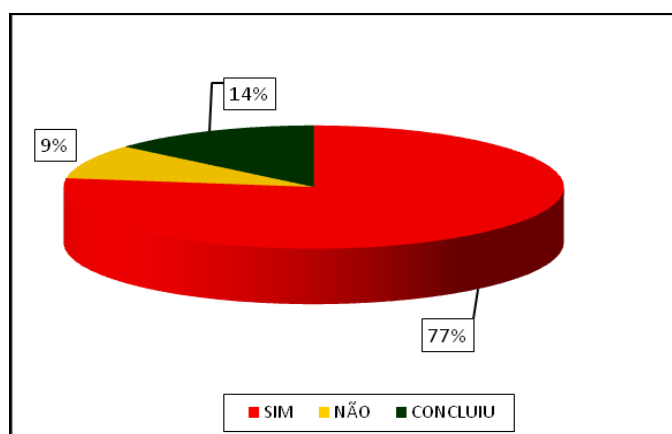
Figura11. Média e Moda da Distancia da Escola



Fonte: Pesquisa FRS, 2010.

Observa-se que a média apresenta-se em 27,54 Km e a moda em 3Km. Esta última é explicada porque representa a distância para o ensino fundamental, que boa parte dos participantes frequentam, enquanto que a média geral considera todas as categorias de ensino.

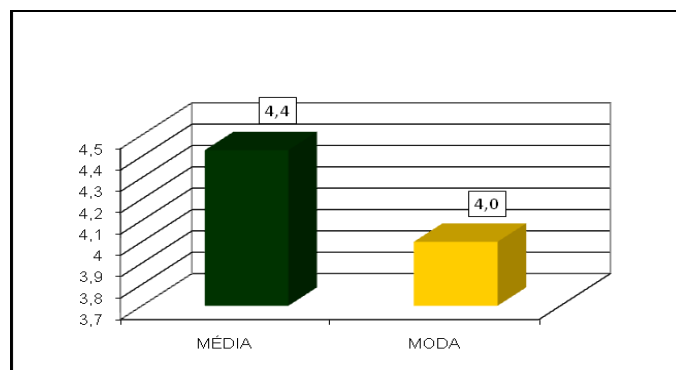
Figura 12. Frequência escolar



Fonte: Pesquisa FRS, 2010.

77% respondeu positivamente, 9% não frequenta e 14% informa que já terminou os seus estudos até o nível médio.

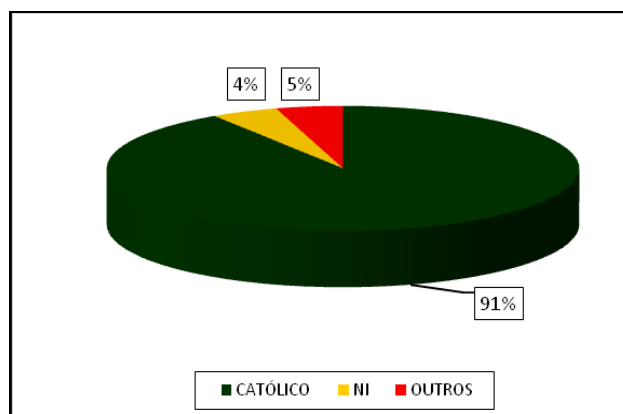
Figura13. Média e moda do número de pessoas que moram na casa



Fonte: Pesquisa FRS, 2010.

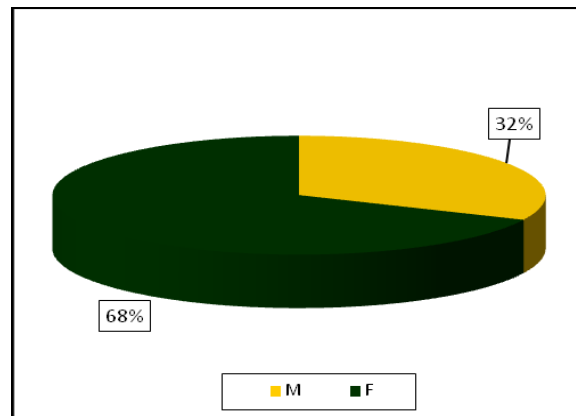
A média e a moda são próximas considerando 4 pessoas por residência.

Figura14. Orientação Religiosa



Fonte: Pesquisa FRS, 2010.

Em Santa Cruz os participantes são católicos como demonstra gráfico acima, 91% declaram ser católicos, 4% não informou e 5% manifestaram outras opções.

Figura 15. Gênero

Fonte: Pesquisa FRS, 2010

O gráfico comprova a significativa participação das mulheres na política dos FRS. É nítido que o sexo feminino é predominante, 68% dos participantes do FRS no município de Santa Cruz-PB é do sexo feminino e 32% do sexo masculino. Isso porque a atividade financiada pelo FRS de mais relevância é o artesanato, considerada nesse município uma atividade tipicamente feminina, embora a agricultura que é considerada uma atividade masculina, que também é financiada pelo FRS, os homens encontram-se presentes em menor número. O que nos remete à problemática das relações de gênero na política dos FRS que precisa ser investigada em projetos futuros. Em que medida as experiências em economia e finanças solidárias permite maior participação das mulheres? E, quais as ressonâncias nas relações de gênero? Estariam os FRS permitindo a essas mulheres e homens ressignificar as relações de gênero na comunidade e no âmbito da família?

Especificamente ao sitio Tigre, a política FRS, financia o grupo de artesanato é composto por um grupo de 15 mulheres, produzem redes com varandas, panos de pratos, bonecas em garrafas pet e conjunto de cama feito com pinturas a mão. Diante de seus relatos, as artesãs enfatizaram um grau enorme de satisfação na produção do trabalho. Durante a aplicação dos questionários, todas as participantes se sentiram muito satisfeitas na questão da melhoria em seu cotidiano depois da implantação do FRS. Pois as que eu entrevistei me relataram que durante o processo de confecções das redes, diante de tanto trabalho há uma terapia, pois durante esta confecção todas brincam, conversam, contam piadas e assim vai diminuindo a tensão do trabalho e que seus maridos não impediam de trabalhar. Também percebi a organização entre elas, a força de vontade de expandir o projeto e divulgar o seu trabalho para que seja reconhecido.

As artesãs enfatizam a questão das dificuldades durante a confecção dos produtos, pois não tinham um prédio para trabalhar, onde elas trabalham no terraço de Verônica a presidente do sindicato de Santa Cruz, mas diante de tantas dificuldades uma das participantes nos relatou que não vão parar de trabalhar e o seu foco é expandir e divulgar o seu trabalho.

Diante de tantas dificuldades, desde representantes em estimularem os participantes em participar do projeto FRS, das capacitações, a dificuldade de comercialização, percebi que há uma força de vontade enorme perante as participantes de uns ajudar aos outros, a solidariedade está explícita entre elas, e a vontade de trabalhar, adquirir conhecimento, inovar na produção.

Vale ressaltar que a expressiva participação das mulheres nos FRS sinaliza para reconfigurações nas relações de gênero na família sertaneja. No qual, as artesãs estão buscando autonomia dentro do âmbito familiar e a política social FRS está proporcionado a inserção. No que se refere à renda as mesmas não tem renda fixa, com relação a política, no qual elas são beneficiarias do Programa Bolsa Família e os seus maridos a maioria agricultores dependendo processo do clima da região. A política FRS é uma atividade secundária das artesãs, pois não tem mercado local dificultando a visualização de seus produtos, no entanto as artesãs utilizam de outros meios para escoar os seus produtos como em eventos típicos da região, produz na residência de Verônica a presidente do sindicato rural do município de Santa Cruz as artesãs se reuniram e decidiram montar uma barrquinha no acostamento da pista em frente da residência de Verônica, para a comercialização de seus produtos (lençóis, redes, bonecas de garrafa, pano de prato), havendo uma consciência no que refere-se a solidariedade entre o grupo e vendem em porta em porta. Todas se ocupam com afazeres domésticos e ajudando o marido no plantio, pouquíssimas tem algum outro tipo de renda ou emprego. Durante a aplicação dos questionários no sítio Tigre – Município de Santa Cruz - PB no dia 10 de fevereiro de 2010, todas as participantes se sentiram muito satisfeita na questão da melhoria em seu cotidiano depois da implantação do FRS.

Mas diante de algumas dificuldades algumas artesãs relataram a melhoria no âmbito pessoal e profissional das mesmas: Segundo Dona Ana Lucia de Lima Sousa: “Mudou a auto-estima, um pouquinho no bolso, e é também uma terapia”: Dona Maria Vilanir Soares da Silva: “Mudou para melhor, uma terapia, juntam-se e trabalhar esquecer os problemas.”; Dona Maria Ventura Duarte: “Melhorou um pouquinho, e conheci mais pessoas.”; Dona Maria do Socorro Souza: “ Melhorou a amizade, aumentou a solidariedade e a renda”; Dona Maria do Socorro da Silva: “ Sim mudou muito se divertindo e trabalhando”. Contudo, embora o processo de autonomia entre essas mulheres esteja em fase de iniciação, já são visíveis os impactos em termos de realização pessoal, profissional e melhoria da economia familiar.

Ressaltando que a política social está em sua fase de iniciação no período de um ano pode perceber diante de algumas informações obtidas, isto é, conclusões preliminares que as mulheres dessas comunidades estão lutando por um processo de autonomia dentro do âmbito profissional, de valorização pessoal, que se refere dentro da confecção dos seus produtos, o fortalecimento das relações de amizades entre elas, no qual este processo possa ser que venha a desmistificar a imagem hierarquizada que advêm nas comunidades rurais. Enfatizando que os impactos referentes a política FRS no cotidiano dessas mulheres são visíveis intensificando a auto-estima dessas mulheres, valorização da identidade de gênero e a formação de uma consciência política e cidadã.

Notas

¹ Graduanda do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba; Pesquisadora Bolsista do CNPq vinculada ao Grupo “Avaliação dos FRS no Estado da Paraíba” coordenado pela Professora Alicia Ferreira Gonçalves. E-mail: celly.desouza@hotmail.com

² GONÇALVES, Alícia Ferreira. Projeto Avaliação dos Fundos Rotativos Solidários no Estado da Paraíba e Universal, 2009 a e Economia da dívida e os Fundos Rotativos Solidários. Reciprocidade e Mercado em comunidades rurais no Estado da Paraíba (2009c)..

³ CF: Sexo e Temperamento (1988) e Padrões de Cultura (1983).

⁴ Consultar Euclides Mance (1999).

⁵ No Brasil, sítio refere-se normalmente a uma propriedade rural de área modesta, freqüentemente usada para lazer ou para lavoura. Vale ressaltar que o sítio é o local de subsistência de onde se tira o sustento através da plantação de hortaliças e legumes, e de pequenas criações de gado, aves e suínos, sendo o excedente de produção trocado ou vendido.

⁶ Sobre o conceito de experiência etnográfica consultar James Clifford (1998).

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**; tradução de Sérgio Milliet. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BENEDICT, Ruth. **Padrões de Cultura**. São Paulo:Ed. Livros do Brasil,1983.

CLIFFORD, James. 1998. “*Sobre a autoridade etnográfica*”. In: **A Experiência Etnográfica: antropologia e literatura no séculoXX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. pp. 17-59

ISSN 1517 – 6916

CAOS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais

Número 16 – Março de 2011

Pág. 211- 231.

DURKHEIM, Émile, 1858-1917, 2. **Sociologia I**. Rodrigues, José Albertino, 1928.

GONÇALVES, Alícia Ferreira, Projeto Avaliação dos Fundos Rotativos Solidários no Estado da Paraíba. 2009^a.

_____. Políticas Públicas, etnografia e a construção de indicadores sócio culturais. **Revista Avaliação de Políticas Públicas**, Ceará. v.1, p. 1-17, 2009b.

_____. Economia da dívida e os Fundos Rotativos Solidários. Reciprocidade e Mercado em comunidades rurais no Estado da Paraíba. Projeto de Pesquisa, CNPq, 2009c.

MEAD, Margaret. **Sexo e Temperamento**. São Paulo, Ed. Perspectiva, 3a. edição, 1988.

MANCIE, Euclides André. **A Revolução das Redes - A Colaboração Solidária como Uma Alternativa Pós-Capitalista à Globalização Atual**. Editora Vozes, 1999, 1a. Ed., 220 pp.

ORTNER, Sherry B. **Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura?** In: ROSALDO, Michelle Zimbalist e LAMPHERE, Louise. A mulher, a cultura e a sociedade; Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.

PISCITELLI, Adriana. **Re-criando a (categoria) mulher?** Textos Didáticos. N°48, novembro de 2002.

SANTOS, Celly Souza dos. “Os Fundos Rotativos Solidários no Alto Sertão Paraibano e as suas ressonâncias na vida cotidiana e identidade dos pequenos agricultores”. Relatório Final de execução 2009/2010 PIBIC/CNPq/UFPB.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Trad. De DABAT, C & ÁVILA, M B. Recife: SOS-CORPO. 1991.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter. (org.) **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992. p64-65.

STOLKE, Verena. La mujer es puro cuento: La cultura del género. Florianópolis, **Revista de Estudos Feministas**, 12 (2):264, mai/ag, 2004. p.77- 105.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

CAOS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, n. 16, março 2011

www.cchla.ufpb.br/caos

Anexos

Figura 16: Grupo de Artesãs do sítio Tigre



Fonte: Pesquisa FRS 2010

Figura 17: Produtos confeccionados pelas artesãs



Fonte: Pesquisa FRS 2010

Figura 17: Artesã do Sítio Tigre

Figura 18: Artesã – Município de Santa Cruz



Fonte: Pesquisa FRS 2010

Figura 19: Local do trabalho das artesãs



Fonte: Pesquisa FRS 2010

Figura 20: Artesãs do Sítio Tigre



Fonte: Pesquisa FRS 2010



Fonte: Pesquisa FRS 2010